

FARIAS, CORDEIRO DE

*militar; rev. 1922; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930; interv. RS 1938-1943; comte. Art. FEB 1944-1945; comte. ESG 1949-1952; comte. Zona Mil. Norte 1952-1954; gov. PE 1955-1958; ch. EMFA 1961; rev. 1964; min. extraord. Coord. Órgãos Reg. 1964-1966.

Oswaldo Cordeiro de Farias nasceu em Jaguarão (RS) no dia 16 de agosto de 1901, filho de Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias e de Corina Padilha Cordeiro de Farias. Seu pai, oficial do Exército, fora enviado para o Sul em consequência da Revolução Federalista (1893-1895), incumbido de participar das negociações de paz. De seus sete irmãos, três seguiram também a carreira militar, destacando-se Gustavo Cordeiro de Farias, que participou das revoltas de 1922 e 1924 e exerceu diversos comandos, entre os quais o da 3ª Região Militar (3ª RM), de 1946 a 1948.

Em 1906 Oswaldo Cordeiro de Farias mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e algum tempo depois matriculou-se no Colégio Militar. Graças a uma reforma do ensino realizada nessa época, adiantou-se um ano, concluindo o curso secundário antes do tempo previsto. Assim, já em 1917 sentou praça na 4ª Companhia de Infantaria, no Rio, e em fevereiro do ano seguinte, antes da idade mínima regulamentar, ingressou na Escola Militar do Realengo.

Declarado aspirante a oficial da arma de artilharia em dezembro de 1919, foi lotado em janeiro do ano seguinte no 1º Grupo de Obuses, sediado no bairro carioca de São Cristóvão. Três meses depois foi promovido a segundo-tenente e, em maio de 1921, a primeiro-tenente. Em agosto desse ano iniciou o curso de observador aéreo na Escola de Aviação Militar e, em janeiro de 1922, foi transferido para o 5º Grupo de Obuses. Em junho seguinte concluiu seu curso e foi classificado no 3º Regimento de Artilharia Pesada, ainda no Rio de Janeiro.

NAS REVOLTAS TENENTISTAS

Durante o primeiro semestre de 1922, Cordeiro de Farias integrou um grupo de oficiais do Exército que, após a eleição em março de Artur Bernardes para a presidência da República, se articulava para impedir sua posse, prevista para novembro. Bernardes estava incompatibilizado com as forças armadas desde o episódio das “cartas falsas”, documentos

ofensivos ao Exército, supostamente de sua autoria, publicados em outubro de 1921 no *Correio da Manhã*. Embora tivesse ficado demonstrado que os documentos haviam sido forjados, a animosidade dos militares contra Bernardes se acentuou, dando origem a reuniões na Vila Militar do Rio. Cordeiro de Farias participou desses encontros, sendo incumbido de fabricar bombas caseiras que seriam lançadas de aviões ao se iniciar a rebelião.

As punições impostas aos militares pelo governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca serviram finalmente de estopim para a revolta deflagrada em 5 de julho de 1922 no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, dando início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Nesse momento, Cordeiro de Farias se encontrava na Escola de Aviação Militar. Como não dispunha de tropas para controlar o campo de pouso, permaneceu algum tempo aguardando que chegassem oficiais insurretos da Vila Militar. O movimento foi entretanto rapidamente debelado, e ainda no dia 5 Cordeiro foi preso em casa. Aberto o inquérito militar, foi incluído entre os oficiais que só deixaram de sublevar suas guarnições devido às medidas preventivas tomadas pelo governo, que providenciou o cerco de várias unidades. Embora fosse excluído do processo, permaneceu detido na fortaleza de São João, no Rio, durante três meses. Em fins de setembro foi lotado na 3ª Esquadilha de Observação, sediada em Santa Maria (RS). Nessa cidade, voltou a conspirar contra o governo federal, mantendo contatos com outros militares e com políticos gaúchos.

As conspirações da jovem oficialidade do Exército em todo o país resultaram em novas insurreições, irrompidas em 5 de julho de 1924 em Sergipe, Amazonas e São Paulo. A revolta foi dominada rapidamente nos dois primeiros estados, mas, em São Paulo, os rebeldes comandados por Isidoro Dias Lopes ocuparam a capital durante três semanas até que, expulsos pela ação conjunta das forças policiais e militares mineiras, paulistas e gaúchas, rumaram para o interior, na direção oeste. Alcançando Mato Grosso, foram pressionados pelas forças legalistas e penetraram em território paranaense.

Transferido para o 5º Batalhão de Caçadores, ainda em Santa Maria, Cordeiro de Farias serviu também em Rio Pardo e São Gabriel e ficou relativamente isolado das articulações revolucionárias no Rio Grande do Sul durante o ano de 1924. No mês de outubro, várias unidades militares gaúchas rebelaram-se sob a coordenação geral do capitão Luís Carlos

Prestes, dominando praticamente toda a fronteira com a Argentina, à margem do rio Uruguai. Enviado nesse momento a Porto Alegre em missão administrativa, Cordeiro de Farias tomou ao contrário a direção de Uruguaiana e aí teve rápida participação na sublevação chefiada pelo caudilho Honório de Lemes, na qual se envolveram cerca de três mil homens. No dia 8 de novembro, os rebeldes sofreram sério revés em Guaçu-Boi, localidade situada ao norte de Alegrete, onde foram surpreendidos pelas forças de José Antônio Flores da Cunha, intendente de Uruguaiana, que os dispersou. Cordeiro retirou-se para Uruguaiana com cerca de 30 homens, encontrando a cidade tomada pelas tropas legalistas. Passou então para território argentino, e aí entrou em contato com os tenentes João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, com os quais retornou ao Brasil, alcançando São Luís das Missões (RS).

Ainda em novembro, Prestes escolheu São Luís para concentrar as forças sublevadas e reorganizá-las. O comando do 1º Batalhão Ferroviário foi entregue ao major comissionado Mário Portela Fagundes, o do 2º Regimento de Cavalaria a João Alberto e o do 3º Regimento de Cavalaria a João Pedro Gay e posteriormente a Siqueira Campos. Em fins de dezembro, os rebeldes deixaram São Luís com o propósito de se juntar às forças egressas de São Paulo. Sempre combatendo as tropas legalistas, atravessaram o rio Uruguai e, em abril de 1925, em Foz do Iguaçu (PR), uniram-se finalmente aos paulistas, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes.

NA COLUNA PRESTES

Unificados os efetivos revolucionários, Isidoro Dias Lopes partiu para a Argentina com a missão de montar uma rede de auxílio externo ao movimento. Enquanto isso, a coluna sofria nova reorganização. Estruturada a 1ª Divisão Revolucionária, seu comando coube a Miguel Costa, ficando Prestes à frente da Brigada Rio Grande. Cordeiro de Farias, comissionado no posto de tenente-coronel, foi designado para substituir o major Mário Portela, morto em combate, no comando do 1º Destacamento. Os outros destacamentos permaneceram com os mesmos comandantes.

Em fins de abril, a coluna atravessou o rio Paraná, tendo o destacamento de Cordeiro de Farias ocupado Porto Mendes. Transpondo as fronteiras do Paraguai, Cordeiro assinou, com os demais comandantes da coluna, um manifesto que foi entregue ao chefe da

guarnição de Porto Adela, explicando que as forças revolucionárias eram levadas, “por motivo de segurança coletiva, a penetrar, armadas, em território da nação irmã, comprometendo-se explicitamente a respeitar suas leis” enquanto lá permanecessem.

Retornando ao Brasil por Mato Grosso, a coluna foi duramente combatida pelas tropas do coronel Péricles de Albuquerque e do major Bertoldo Klinger. Em junho, a chefia do estado-maior revolucionário foi assumida por Prestes passando Juarez Távora à subchefia. Cordeiro de Farias, assim como os demais comandantes, foi mantido em seu posto, sendo criado mais um destacamento cujo comando foi entregue a Djalma Dutra. Em seguida, a coluna atravessou Goiás e, sempre perseguida pelas forças de Klinger e pela polícia do estado, entrou em território mineiro.

Após breve retorno a Goiás em setembro, os revolucionários seguiram para o Maranhão, onde, em novembro, o destacamento de Cordeiro de Farias, o primeiro a chegar, foi festivamente recebido pela população de Carolina. Em dezembro, chegaram ao Piauí, cuja capital foi assediada por Juarez Távora, enquanto Prestes cercava Floriano. No último dia de dezembro, Cordeiro de Farias foi encarregado de articular com Juarez Távora e Miguel Costa o fim do cerco a Teresina e a Floriano. No mesmo dia, contudo, Juarez foi preso enquanto realizava um reconhecimento às margens do rio Parnaíba. Ainda assim, Cordeiro de Farias cumpriu sua missão, pois encontrou-se com as tropas de Juarez em retirada para Vila de Natal, que foi tomada algumas horas depois pelos rebeldes.

A coluna iniciou a marcha para Pernambuco no dia 10 de janeiro de 1926. Passando pelo Ceará, o estado-maior revolucionário efetuou diversas promoções, recebendo Cordeiro de Farias a patente de coronel. Sempre combatendo forças policiais e jagunços, a coluna atravessou o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, voltou a Goiás em agosto e entrou em Mato Grosso em dezembro de 1926.

Em fevereiro de 1927, a maior parte dos efetivos da coluna entrou em território boliviano. Cordeiro de Farias, juntamente com Miguel Costa, João Alberto e alguns auxiliares, seguiu para Santa Cruz de la Sierra e, de lá, para a Argentina, com o objetivo de recolher fundos para o prosseguimento da campanha. Cordeiro foi designado para fixar-se em Santa Cruz, onde havia bancos para receber o dinheiro a ser levantado no Sul do Brasil. Entretanto, os comandantes revolucionários decidiram terminar a marcha, considerando inútil prosseguir-la em função do desgaste sofrido por força da carência de recursos e do cansaço, e em

consequência da posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926. Assim, em março, o destacamento de Siqueira Campos, incumbido de cobrir a retaguarda do grosso da coluna, internou-se no Paraguai.

De acordo com o depoimento que prestou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, Cordeiro de Farias estava na localidade boliviana de Gaiba, na fronteira com Mato Grosso, quando foi informado acerca de um início de conspiração contra o presidente Washington Luís. Decidiu-se então, em 1928, retornar ao Brasil. No Rio Grande do Sul, o processo político contra os militares revolucionários fora instaurado nas unidades em que estes se haviam rebelado. Por mero acaso, o processo de Cordeiro fora enviado para Uruguaiana, constando apenas a inclusão do seu nome num volume que não continha qualquer elemento acusatório, já que sua passagem por aquela cidade fora muito breve. O procurador de Uruguaiana, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, seu amigo, notou o erro, mas não o denunciou, permitindo que Cordeiro escapasse a condenação.

No Rio de Janeiro, Cordeiro de Farias enfrentou um processo militar por deserção, sujeito à pena máxima de sete meses de prisão. Mantendo-se na clandestinidade, viajava constantemente a Minas Gerais e a Goiás em atividade conspiratória contra o governo de Washington Luís. Reconhecido, entretanto, por um soldado, foi denunciado e preso no bairro carioca da Tijuca. Permaneceu detido inicialmente nas fortalezas de São João e de Santa Cruz, no Rio, e em seguida foi transferido para São Gabriel (RS), onde se formara um conselho militar para julgá-lo. Absolvido nessa primeira instância, retornou ao Rio e foi novamente absolvido por sentença do Supremo (hoje Superior) Tribunal Militar, em dezembro de 1929.

NOS MOVIMENTOS DE 1930, 1932 E 1935

Resolvida sua situação militar, Cordeiro de Farias se apresentou ao Departamento de Pessoal da Guerra, ao qual ficou adido até julho de 1930, quando iniciou o curso de engenharia do Instituto Geográfico Militar, sempre no Rio de Janeiro. Nessa época, as forças de oposição ao presidente Washington Luís, derrotadas nas eleições presidenciais disputadas em março, entraram na fase final de preparação de um movimento insurrecional para a tomada do poder. Cordeiro de Farias foi para Minas Gerais em setembro e integrou o

comando revolucionário nesse estado, chefiado pelo coronel Aristarco Pessoa. Segundo suas declarações, as condições militares em Minas não eram muito favoráveis aos revolucionários. Havia o apoio da Polícia Militar e da maioria das lideranças políticas, mas não se conseguira penetrar no Exército. Ainda assim, o levante irrompeu no dia 3 de outubro, data convencionada pelo comando geral revolucionário. Preso o comandante dos efetivos militares mineiros, general José Joaquim de Andrade, apenas o 12º Regimento de Infantaria, sediado em Belo Horizonte, apresentou tenaz resistência aos revolucionários, rendendo-se após dez dias de luta.

Com a deposição de Washington Luís, consumada em fins de outubro, e a posse do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas em novembro, Cordeiro de Farias foi promovido a capitão nesse mesmo mês. Serviu como oficial de gabinete do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, de dezembro de 1930 a maio de 1931, quando recebeu patente de major. Transferido em junho de 1931 para o 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, sediado em São Paulo, assumiu em outubro a chefia de polícia desse estado, então governado pelo interventor coronel Manuel Rabelo. Nesse período, entrava numa fase particularmente delicada a disputa entre as facções políticas tradicionais paulistas e as forças tenentistas apoiadas pelo governo federal. O conflito havia se iniciado na verdade com a nomeação, logo após a vitória da Revolução de 1930, do tenente João Alberto Lins de Barros para o governo do estado, o que significou a marginalização do segmento da oligarquia local que havia participado do movimento, em especial o Partido Democrático.

Logo após tomar posse como chefe de polícia, Cordeiro de Farias declarou que não toleraria nem as atividades comunistas nem as tentativas separatistas, referindo-se, no segundo grupo, à tendência que o governo federal afirmava crescer entre a oposição paulista no sentido de uma campanha pela separação de São Paulo da União. Em janeiro de 1932, cerca de 50 entidades representativas de diversos setores da sociedade paulista divulgaram, durante as comemorações da data de fundação da cidade de São Paulo, uma convocação ao povo para “um grandioso comício que seria a exaltação e a apoteose de São Paulo”. Após o comício, em que imensa multidão gritou palavras de ordem de diversas orientações, inclusive separatistas, vários grupos saíram pela cidade, dirigindo-se o maior deles para o Centro Gaúcho, que foi apedrejado. Cordeiro de Farias ordenou que a cavalaria

dispersasse a manifestação. No dia seguinte, declarou-se compreensivo em relação à reivindicação de um interventor paulista para o estado, mas decididamente contra as teses separatistas.

Em junho de 1932, o interventor Pedro de Toledo, nomeado em março para substituir Manuel Rabelo, reorganizou seu secretariado, mantendo apenas Cordeiro de Farias dos integrantes da equipe anterior. Cordeiro renunciou então ao cargo e retornou ao Rio de Janeiro, onde ficou adido ao Departamento de Pessoal da Guerra. Com a deflagração da Revolução Constitucionalista em São Paulo em 9 de julho seguinte, integrou o destacamento do setor sul das forças legalistas, que era comandado pelo general Valdomiro Castilho de Lima e contava com efetivos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Com a derrota dos rebeldes e a assinatura do armistício em outubro de 1932, serviu até dezembro no quartel-general da 2ª RM, sediada em São Paulo. Voltou em seguida à chefia da polícia paulista, exercendo-a de janeiro a julho de 1933, durante o período da interventoria do general Valdomiro Castilho de Lima. Nesse último mês foi promovido a tenente-coronel e, em março de 1934, foi transferido para o 9º Regimento de Artilharia Montada, sediado em Curitiba, onde serviu até fevereiro de 1935. Nessa data, iniciou o curso da Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Em seu depoimento ao Cpdoc, Cordeiro de Farias revelou que, após a eclosão dos levantes organizados pela Aliança Nacional Libertadora em Natal e em Recife nos dias 23 e 24 de novembro de 1935 respectivamente, as autoridades militares da capital federal tomaram medidas preventivas contra uma esperada insurreição no 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na Praia Vermelha. Cordeiro foi um dos convocados pelo ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho, a comparecer ao ministério com os oficiais que pudesse arregimentar. De fato, o movimento foi deflagrado no 3º RI e na Escola de Aviação Militar na madrugada do dia 27. Encarregado de se colocar junto ao quartel amotinado do 3º RI e de impedir que os revoltosos deixassem o local, Cordeiro passou algumas horas trocando tiros, até a chegada das forças comandadas pelo comandante da 1ª RM, Eurico Gaspar Dutra, que iniciou o bombardeio do prédio. Ao meio-dia, os rebeldes, fustigados pelas forças legalistas das três armas, renderam-se.

Concluído o curso da Escola de Estado-Maior em dezembro de 1936, Cordeiro de Farias estagiou na subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), chefiando a Seção de

Motorização de fevereiro a maio de 1937. Em julho foi transferido para o Sul e exerceu a chefia do estado-maior da 5ª RM, sediada em Curitiba, até agosto. Nesse mês, ao mesmo tempo em que o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho assumia o comando da 3ª RM, com sede em Porto Alegre, passou a chefe de seu estado-maior. A nomeação de Daltro Filho para o posto coroou, por sua vez, uma série de medidas de Vargas contra o governador gaúcho José Antônio Flores da Cunha, que se opunha ao continuísmo do presidente e dera seu apoio à candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira nas eleições presidenciais previstas para 1938.

Em outubro de 1937, Cordeiro de Farias foi incumbido de entregar a Flores da Cunha o decreto que federalizava o principal ponto de apoio do governador gaúcho, a Brigada Militar, cujas milícias auxiliares — os corpos provisórios — foram dissolvidas, ficando os efetivos regulares à disposição do Exército. Finalmente, Flores da Cunha não resistiu às pressões federais e renunciou no dia 16 de outubro, buscando exílio no Uruguai. Para substituí-lo, Vargas nomeou Daltro Filho interventor, dando assim um importante passo a caminho do golpe que no dia 10 de novembro instaurou o Estado Novo, fechou os órgãos legislativos do país e suspendeu o processo eleitoral. Por sua atuação nesse período, em dezembro Cordeiro de Farias foi elogiado pelo comandante da 3ª RM e foi promovido a coronel.

NA INTERVENTORIA GAÚCHA

Em março de 1938, Cordeiro de Farias foi nomeado interventor no Rio Grande do Sul em substituição a Daltro Filho, que falecera dois meses antes. Já no primeiro mês de seu governo, tomou diversas medidas contra a expansão do nazismo nas áreas de colonização alemã, concitando a população de origem alemã a adotar exclusivamente a nacionalidade brasileira, convidando diretores de jornais a cessarem a propaganda hitlerista e nacionalizando o ensino em todo o estado.

Encontrando-se em maio de 1938 no Rio de Janeiro para tratar de assuntos de interesse pessoal, transformou-se num dos alvos do levante liderado pelos integralistas contra o governo. No dia 11 desse mês, o palácio Guanabara, residência presidencial, vários prédios públicos e casas de membros do governo foram atacados pelos insurretos. Cordeiro não foi encontrado, pois hospedara-se num hotel, de onde ouviu tiroteios pela cidade. Dirigindo-se

à Chefatura de Polícia, encontrou-se com o ministro da Guerra, general Eurico Dutra, que acabava de chegar do palácio Guanabara, onde, após dominar os rebeldes, deixara uma patrulha à espera de reforços. Incumbido por Dutra de coordenar esse auxílio, Cordeiro permaneceu algum tempo com seus soldados no campo de futebol do Fluminense, contíguo ao palácio, aguardando o momento mais adequado para atacar os integralistas que ainda se encontravam no interior do prédio, sem expor ao perigo Vargas e seus parentes. Em seu livro, *Getúlio Vargas, meu pai*, Alzira Vargas do Amaral Peixoto levantou suspeitas acerca da demora de Cordeiro em intervir, que coincidiu com a lentidão da chegada dos reforços solicitados ao chefe de polícia Filinto Müller. Como o ataque integralista não evoluísse, Cordeiro invadiu o palácio, comandando a prisão dos rebeldes que lá se encontravam. As demais tentativas de ataques dos insurretos também fracassaram, resultando na detenção dos envolvidos e no desbaratamento do levante.

Em junho de 1938, Cordeiro de Farias foi chamado de volta ao Rio de Janeiro para participar de uma reunião de interventores destinada a discutir a formação da Legião Cívica Nacional, proposta pelo interventor no estado do Rio de Janeiro, Ernâni Amaral Peixoto, com o propósito de criar um partido político nacional de sustentação ao governo. A idéia encontrou ampla receptividade junto aos interventores Benedito Valadares, de Minas Gerais, Ademar de Barros, de São Paulo, Agamenon Magalhães, de Pernambuco, Landolfo Alves, da Bahia, José Malcher, do Pará, e Fenelon Müller, de Mato Grosso, mas não chegou a concretizar-se, em grande parte em função da resistência encontrada entre as tradicionais facções políticas do Rio Grande do Sul, onde Cordeiro de Farias também não se empenhou em viabilizá-la.

Cordeiro de Farias fechou em maio de 1939 o escritório do Partido Nazista, deportando o seu principal dirigente no Rio Grande do Sul. Conseguiu também que fosse determinada em novembro a saída do país do cônsul-geral da Alemanha no Brasil, Friedrich Ried, envolvido na operação de instalação de radiotransmissores próprios para espionagem em navios alemães ancorados no porto do Rio Grande. Segundo seu depoimento ao Cpdoc, foi interpelado pelo chefe do EME, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, para quem a medida prejudicava as relações diplomáticas do Brasil. Manteve contudo sua posição, conseguindo o apoio de Vargas. Àquela altura, já se havia iniciado a Segunda Guerra Mundial.

No plano propriamente administrativo, a gestão de Cordeiro de Farias destacou-se pela ênfase nos setores sanitário, educacional e rodoviário, onde obteve considerável nível de desenvolvimento.

NA FEB

Cordeiro de Farias foi promovido a general de brigada em janeiro de 1942, tornando-se na época o mais jovem general do Exército brasileiro. Nesse mesmo mês, o Brasil rompeu relações com os países do Eixo e Cordeiro passou a solicitar insistentemente a Vargas sua volta à caserna. Finalmente, em agosto, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo, iniciando os preparativos para a intervenção efetiva no conflito. Em agosto de 1943, Cordeiro foi chamado a integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), que ficaria conhecida como Força Expedicionária Brasileira (FEB), comandada pelo general João Batista Mascarenhas de Moraes.

Em setembro de 1943, Cordeiro de Farias transmitiu o cargo de interventor no Rio Grande do Sul ao tenente-coronel Ernesto Dornelles, viajando em seguida para os Estados Unidos, onde estagiou até dezembro em Fort Leavenworth. Em janeiro de 1944 foi nomeado comandante da Artilharia Divisionária da FEB, que reunia efetivos oriundos do 1º Grupo de Obuses, de São Cristóvão, do 1º Grupo de Artilharia de Dorso, de Campinho, e do Grupo Escola, todos do Rio de Janeiro, além do 6º Grupo de Artilharia de Dorso, de Quitaúna (SP). Em setembro embarcou rumo ao teatro de operações militares na Itália, chegando a Nápoles no mês seguinte.

À frente da Artilharia Divisionária, constituída de quatro grupos de artilharia e da Esquadrilha de Ligação e Observação, Cordeiro de Farias participou das principais batalhas em que esteve envolvida a FEB, como as que resultaram na conquista de Montese, Monte Castelo e Castelnuovo, onde, em maio de 1945, renderam-se cerca de 17 mil soldados alemães, número superior aos efetivos brasileiros na Europa. Durante a campanha, aproximou-se de oficiais que mais tarde desempenhariam importantes funções políticas, como o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castelo Branco. Finda a participação da FEB na guerra após a tomada de Castelnuovo, Cordeiro permaneceu estacionado ao sul do rio Pó, substituindo o general Mascarenhas de Moraes no comando geral das tropas de julho a agosto, quando retornou ao Brasil.

NA QUEDA DO ESTADO NOVO

O período entre o fim da guerra e o retorno da FEB ao Brasil foi marcado por importantes acontecimentos na vida política nacional. Enquanto o Estado Novo se enfraquecia, iniciava-se a reorganização partidária, com a formação do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da União Democrática Nacional (UDN). Nova lei eleitoral foi promulgada tendo em vista a sucessão de Vargas, bem como a eleição de governadores e parlamentares. Foi concedida a anistia aos presos políticos e exilados e finalmente lançaram-se as candidaturas à presidência da República de Eduardo Gomes, na legenda da UDN, e de Eurico Dutra, na legenda do PSD.

De acordo com algumas versões correntes, Cordeiro de Farias teria liderado, ainda na Itália, uma tendência de opinião entre os oficiais da FEB que se opunham a Vargas. No entanto, em entrevista à revista *Veja* em outubro de 1977, ele refutou essa afirmação, explicando que todos estavam muito envolvidos nos problemas militares e isolados da vida política brasileira. Ainda segundo seu próprio depoimento, logo que retornou ao Brasil, encontrou-se com o presidente, que se teria manifestado favoravelmente a um acordo entre os dois candidatos à sua sucessão, pelo qual ambos desistiriam do pleito em favor de um terceiro nome, que poderia ser escolhido entre o ministro da Guerra, general Góis Monteiro, o ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, o chefe de polícia do Distrito Federal, capitão João Alberto Lins de Barros, e o próprio Cordeiro de Farias. Finda a conversa, ficou acertado que Vargas faria a proposta a Dutra, e Cordeiro consultaria Eduardo Gomes. Entretanto, Cordeiro ponderou com o candidato udenista que talvez Vargas estivesse pretendendo realizar alguma manobra, pelo que o deixava à vontade para se decidir por continuar em campanha.

Em setembro de 1945, Cordeiro de Farias teve seu nome lançado como candidato à presidência da República, numa alternativa aos dois já existentes. Essa iniciativa não teve, porém, consequências. Ainda nesse mês, Cordeiro participou, em casa de João Alberto, de uma reunião de chefes militares lotados no Rio de Janeiro, entre os quais os generais Góis Monteiro, Odílio Denis e Newton Estillac Leal e o coronel Juarez Távora. Preocupados com o momento político nacional, esses oficiais discutiram o crescimento da campanha “queremista”, que defendia a manutenção de Vargas no poder até a convocação de uma

assembleia nacional constituinte e era apoiada pelo PTB e pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Esses militares voltariam a reunir-se, com os mesmos objetivos, nos dias 4 e 22 de outubro.

No dia 29 de outubro, entretanto, a nomeação de Benjamim Vargas para a chefia de polícia do Distrito Federal em substituição a João Alberto desencadeou a mobilização do aparato militar da capital contra Getúlio. Ao mesmo tempo em que várias unidades do Exército eram enviadas para o palácio Guanabara, Góis Monteiro, reunido no quartel-general com diversos generais, nomeou Cordeiro de Farias chefe do EME e encarregou-o de comunicar a Vargas que os chefes militares exigiam sua renúncia. Acompanhado pelo ministro da Justiça Agamenon Magalhães, Cordeiro transmitiu ao presidente o ultimato. Vargas, embora reconhecendo a fragilidade de sua posição, ainda admitiu a hipótese de resistir, chegando a afirmar que morreria lutando contra o golpe, o que tornava Góis Monteiro responsável por sua vida. Cordeiro observou que os chefes militares não desejavam esse desfecho para a situação e que seria preferível uma “renúncia digna” a uma renúncia forçada por falta de suprimentos no palácio. Vargas acabou assentindo em renunciar. No dia seguinte, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência da República.

NA ESG

Após a eleição do general Eurico Dutra para presidente da República em dezembro de 1945, Cordeiro de Farias foi nomeado adido militar à embaixada do Brasil na Argentina, cargo que assumiu em fevereiro de 1946. Promovido a general de divisão em agosto desse mesmo ano, deixou a função diplomática em março de 1947 e retornou ao Brasil para assumir em abril o comando da 5ª RM, sediada em Curitiba. Em janeiro de 1949, foi designado presidente da Comissão de Elaboração do Regulamento da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em outubro do ano anterior. Nomeado igualmente primeiro comandante da escola, assumiu o cargo em fevereiro. À frente da ESG, contribuiu para a adoção dos padrões militares norte-americanos pelo Exército brasileiro e para a elaboração da moderna doutrina de participação dos militares na vida do país.

Em 1950, Cordeiro de Farias concorreu às eleições para a diretoria do Clube Militar, tendo como companheiro de chapa o general Emílio Ribas Júnior e como adversário os generais

Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa. A campanha eleitoral foi polarizada pela questão do petróleo. A chapa de Cordeiro de Farias representava a corrente de opinião no interior das forças armadas que considerava necessária a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera. Juarez Távora era a figura mais ostensiva dessa corrente. Seus adversários, por outro lado, caracterizavam-se por posições nacionalistas e por defenderem a implantação do monopólio estatal nesse setor. A polêmica transcendeu os limites da corporação militar, inserindo-se nas discussões que cercavam as eleições presidenciais, previstas para outubro de 1950. Realizado o pleito do Clube Militar em maio, a chapa nacionalista sagrou-se vitoriosa por ampla margem de votos. Em outubro, Getúlio Vargas conquistou novo mandato na presidência da República.

A derrota nas eleições não fez cessar a influência de Cordeiro de Farias no Clube Militar. Em 1952, apoiou, juntamente com outros oficiais de prestígio, a Cruzada Democrática, movimento organizado por militares de tendência conservadora que lançou a chapa composta pelos generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo e conquistou a diretoria do clube, derrotando os candidatos considerados nacionalistas.

NO GOVERNO DE PERNAMBUCO

Promovido a general de exército em agosto de 1952, Cordeiro de Farias assumiu em dezembro o comando da Zona Militar Norte, sediada em Recife, deixando, por conseguinte, a direção da ESG. Situado na oposição ao governo Vargas, compartilhava, de acordo com seu depoimento, dos temores acerca de uma possível pretensão continuísta do presidente, o que implicaria a supressão das eleições gerais marcadas para outubro de 1954. Assim, inscreveu-se como candidato ao governo de Pernambuco, aprovado pelo PSD e os partidos Democrata Cristão (PDC) e Libertador (PL). Se eleito, passaria a dispor de um importante ponto estratégico para desencadear no Nordeste um movimento contra Vargas.

O suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954, contudo, eliminou as apreensões imediatas que haviam levado Cordeiro de Farias a se candidatar. Em consequência, ainda segundo seu depoimento, propôs a seu adversário, João Cleofas, apoiado pela UDN e pelo PCB, que ambos se retirassem da disputa em favor de um terceiro nome. Não tendo sido possível chegar a um acordo, manteve sua candidatura e venceu o pleito, tomando posse na chefia do governo pernambucano em janeiro de 1955.

Por outro lado, as eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955 deram continuidade à crise política que já resultara na morte de Vargas. As chapas com reais possibilidades de vitória eram as constituídas por Juscelino Kubitschek e João Goulart — apoiados pelo PSD e o PTB, além dos partidos Republicano (PR), Trabalhista Nacional (PTN), Social Trabalhista (PST) e Republicano Trabalhista (PRT) — e por Juarez Távora e Milton Campos — apoiados pela UDN, por dissidentes do PSD, pelo PDC e o PL e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Na medida em que Kubitschek e Goulart avançavam nos prognósticos eleitorais, uma ala da UDN, apoiada por setores militares e liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, passou a preconizar a deflagração de um golpe que impedisse a possível vitória desses candidatos. A questão começou a ser discutida abertamente e, em agosto de 1955, Cordeiro de Farias manifestou-se publicamente, declarando à imprensa: “Não sou o que vulgarmente se denominaria hoje um golpista, mas também não sou um antigolpista. Sou talvez um realista.” Ao mesmo tempo, outros setores políticos e militares se mobilizaram para garantir as eleições e a subsequente posse dos vencedores.

Realizado o pleito sob garantia de tropas do Exército, saíram vitoriosos Kubitschek e Goulart, e imediatamente teve início uma campanha contra sua posse. Argumentando que no próprio governo se conspirava nesse sentido, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, deflagrou um movimento militar no dia 11 de novembro e conseguiu que o Congresso decretasse o impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e Café Filho, licenciado. O presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a chefia da nação, e em janeiro de 1956 deu posse aos candidatos eleitos.

Cordeiro de Farias cumpriu seu mandato de governador de Pernambuco voltando a administração para a assistência à região sertaneja, a construção de rodovias e açudes, a abertura do mercado de trabalho e o incentivo à agricultura de subsistência. Seu governo enfrentou, contudo, acirrada oposição, liderada pela Frente de Recife, formada em 1955 por comunistas, socialistas e trabalhistas, para eleger Pelópidas da Silveira para a prefeitura da capital pernambucana. Com a aprovação do novo Código Tributário estadual em 1957, até mesmo o empresariado pernambucano rompeu com o governo, promovendo no dia 9 de novembro um *lockout* generalizado, que paralisou desde as grandes indústrias até as bancas de jornais e recebeu apoio popular. Na ocasião, um manifesto assinado pela maioria dos dirigentes sindicais de Recife hipotecou “irrestrita solidariedade à greve do comércio...

com o apoio da indústria e à luta que vêm empreendendo contra o regime do escorcho fiscal que se pretende implantar no estado de Pernambuco”. Esse movimento, apoiado pela Frente de Recife, reforçou a liderança do usineiro Cid Sampaio, que em outubro de 1958 elegeu-se sucessor de Cordeiro de Farias.

Em dezembro de 1958, um mês antes do término de seu mandato, Cordeiro renunciou, sendo substituído por Otávio Correia de Araújo. Assumiu então a presidência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que realizou seus trabalhos em Washington, dedicando-se prioritariamente à renovação do acordo militar entre os dois países. De volta ao Brasil em fevereiro de 1961, foi nomeado por Jânio Quadros, que no mês anterior assumira a presidência da República após ser eleito com o apoio de uma coligação liderada pela UDN, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) em substituição ao general João Carlos Barreto.

NA RENÚNCIA DE JÂNIO

Após um curto período de governo, em 25 de agosto de 1961 Jânio renunciou. Seu sucessor legal, João Goulart — eleito vice-presidente com o apoio da coligação PTB-PSD — encontrava-se em viagem oficial à República Popular da China, e a presidência foi assumida interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. Imediatamente, formou-se um poderoso bloco político-militar contra a posse de Goulart, enquanto Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado do vice-presidente, liderava a mobilização para garantir seus direitos constitucionais com o apoio do comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, general José Machado Lopes, que, assim agindo, contrariava a posição do ministro da Guerra, general Odílio Denis.

No dia 29 de agosto, Cordeiro de Farias foi nomeado para o comando do III Exército, enquanto Machado Lopes era convocado à capital federal sob pena de ser considerado desertor. Em resposta, Machado Lopes comunicou ao ministro da Guerra que não mais acataria suas ordens. Em seguida, expediu um comunicado a todos os comandos de grandes unidades, corpos e organizações subordinadas ao III Exército determinando que fossem detidos os oficiais de quaisquer patentes que tivessem sido nomeados de maneira a modificar os comandos da época.

Diante da atitude do comandante do Sul, Cordeiro de Farias não chegou a substituí-lo

efetivamente, ao mesmo tempo em que se mantinha na chefia do EMFA por não ter a quem transferir o cargo de confiança do presidente da República. No dia 30, os ministros militares — além de Odílio Denis, da Guerra, Sílvio Heck, da Marinha, e Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica — lançaram um manifesto vetando a posse de Goulart por razões de segurança nacional. Logo após a divulgação do documento, Cordeiro de Farias participou de uma reunião de generais convocada para tornar oficial a posição expressa no manifesto. Na ocasião, diante do quadro que se formara, com a resistência do III Exército, Cordeiro votou com a maioria dos oficiais no sentido de que, se o Congresso Nacional se decidisse pela legitimidade da posse de Goulart, não haveria outro caminho constitucional senão aceitá-la. Acusado na época pelo governador de Goiás, Mauro Borges, de manipular a opinião dos ministros militares, Cordeiro declarou no citado depoimento ao Cpdoc que não se opunha propriamente à posse do vice-presidente e que aceitou de imediato a proposta de adoção do sistema parlamentarista, surgida no Congresso como solução conciliatória. Finalmente, a crise político-militar foi contornada através da aprovação pelo Congresso, em 2 de setembro, da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo. Cinco dias depois, Goulart, limitado em seus poderes presidenciais, tomou posse. Com a formação do primeiro gabinete parlamentar, Cordeiro de Farias exonerou-se do cargo de chefe do EMFA, no qual foi substituído pelo general Osvaldo de Araújo Mota. Um decreto presidencial assinado no dia seguinte anulou a sua nomeação para o comando do III Exército.

NA CONSPIRAÇÃO CONTRA GOULART

Com a posse de João Goulart, os ministros militares do período anterior deixaram seus cargos e, sob a liderança do general Odílio Denis, passaram a conspirar contra o novo governo. Cordeiro de Farias, embora fosse o mais antigo oficial das três armas, não foi designado para função alguma. No já citado depoimento ao Cpdoc, explicou que o novo ministro da Guerra, general João de Segadas Viana, chegou a indicá-lo para uma missão no exterior, mas seu nome teria sido vetado pelo chefe do Gabinete Militar, general Amauri Kruel.

Na condição de oficial em disponibilidade, Cordeiro de Farias pôde dedicar-se integralmente às atividades conspiratórias, que se estenderam pelos estados de Minas

Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo. Neste último estado, onde concentrou a maior parte do seu trabalho, comandou clandestinamente a Força Pública, graças ao auxílio do governador Ademar de Barros, desenvolvendo programas de instrução voltados para a possibilidade de confrontos com forças leais a Goulart. Organizou também esquemas de informação para controlar as atividades de autoridades federais em São Paulo. Juntamente com um grupo de senhoras paulistas, articulou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, à qual compareceram cerca de trezentas mil pessoas. Tendo ainda promovido o entrosamento entre elementos civis e altas patentes militares em reuniões geralmente realizadas na residência de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Cordeiro de Farias foi descrito por Herman de Moraes Barros, ativo conspirador civil paulista, como um “otimista, mesmo admitindo que a luta poderia durar meses”.

A conspiração político-militar resultou na deposição do presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Cordeiro encontrava-se em Curitiba quando, no dia 2 de abril, o general Artur da Costa e Silva, antes mesmo que se formasse um novo governo, assumiu o Ministério da Guerra, alegando sua condição de oficial mais antigo do Exército presente naquele momento no Rio de Janeiro. Em seguida, no dia 11, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido pelos oficiais para assumir a presidência da República e completar o mandato até 1966.

NO PÓS-1964

Depois de recusar vários convites para assumir funções diplomáticas no exterior, Cordeiro de Farias foi nomeado por Castelo Branco, em junho de 1964, para dirigir o recém-criado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), depois transformado em Ministério do Interior. No mês seguinte, seu nome despontou em meio à polêmica gerada pela sucessão presidencial. O governador carioca Carlos Lacerda, um dos líderes civis do movimento que depôs Goulart e forte pretendente à presidência da República, protestou contra a possibilidade de prorrogação do mandato de Castelo Branco, aventada oficialmente. No seu entender, essa medida visava a preparar a candidatura de Cordeiro. A prorrogação do mandato de Castelo por um ano, até março de 1967, foi afinal aprovada pelo Congresso em meados de julho de 1964.

Em agosto de 1965, Cordeiro de Farias foi promovido a marechal e transferido para a reserva de primeira classe. Dois meses depois, realizaram-se eleições para os governos dos estados, nas quais a oposição conseguiu eleger Francisco Negrão de Lima na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais. Dada a importância política e militar desses estados, ponderáveis setores do Exército sob a liderança da chamada linha dura manifestaram seu descontentamento, abrindo-se um período de grave crise. Em discurso proferido em 1966, Cordeiro de Farias acusaria esse setor do Exército, liderado pelo general Costa e Silva, de ter pressionado Castelo no sentido de aumentar o controle sobre o país. Essa pressão resultou na edição em 27 outubro de 1965 do Ato Institucional nº 2, que, entre outras medidas de fechamento do regime, dissolveu os partidos políticos e instituiu o sistema de eleições indiretas para os governos estaduais.

Dissolvidos os partidos, Cordeiro de Farias desenvolveu intensos contatos políticos no sentido da reorganização partidária. Em princípios de 1966, já estavam devidamente organizados e registrados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), situacionista. Nesse ínterim, seu nome voltou a ser citado como candidato à sucessão de Castelo Branco, tanto no Congresso como em círculos militares. Em março, ele mesmo assumiu publicamente a condição de candidato, após contatos com parlamentares da Arena. Alguns dias depois, participou de uma reunião com o presidente e alguns ministros, quando criticou a candidatura, já lançada, do ministro da Guerra. Ao final do encontro, ficou decidido que seria apresentada uma lista de nomes aos órgãos regionais da Arena, cuja comissão executiva, depois de apurar as preferências, encaminharia o assunto à convenção nacional do partido.

Fortalecia-se, contudo, à margem das articulações parlamentares, a pressão militar em favor da candidatura de Costa e Silva. Em abril de 1966, Cordeiro de Farias retirou-se da disputa sucessória, alegando discordar “dos métodos, prazos e procedimentos estabelecidos para a consulta à definição do candidato do partido e à data da convenção”. Em seguida solicitou a Castelo Branco a sua exoneração do MECOR, não tendo sido atendido pelo presidente. Finalmente, a 26 de maio, a convenção nacional da Arena homologou, por ampla margem de votos, os nomes de Costa e Silva e Pedro Aleixo como candidatos, respectivamente, a presidente e a vice-presidente da República. Diante desse fato, Cordeiro voltou a pedir exoneração do ministério, afinal concedida em junho de 1966. Realizado o pleito indireto,

Costa e Silva e Pedro Aleixo foram empossados em março de 1967.

A chefia do MECOR foi a última função pública exercida por Cordeiro de Farias que, em seguida, tornou-se diretor-executivo do grupo empresarial de João Santos — a quem conhecera quando governador de Pernambuco —, um dos maiores produtores de cimento do país, com investimentos também em celulose e fábricas em diversos estados. No entanto, apesar de marginalizado durante o governo Costa e Silva, Cordeiro continuou sendo uma presença influente na vida política nacional. Em fins de 1968, correram boatos de que o presidente Costa e Silva teria ordenado sua prisão, sob a acusação de conspirar contra o governo. De fato, a revista *Veja*, em sua edição de 14 de dezembro, incluiu seu nome entre os detidos com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado no dia anterior. Em seu depoimento ao Cpdoc, porém, Cordeiro apenas se refere aos boatos relativos à sua prisão.

Cordeiro de Farias discordou da edição do AI-5 e, a partir de então, manifestou-se em diversas ocasiões favoravelmente à institucionalização do regime implantado em 1964. Em 1973, intercedeu junto às autoridades militares pela filha de um ex-auxiliar do seu governo em Pernambuco, presa por atividades políticas na Polícia do Exército do Rio de Janeiro. A pedido dos pais da jovem, obteve do ministro do Exército, general Orlando Geisel, permissão para que se quebrasse a incomunicabilidade em que se encontrava a prisioneira, resultando o episódio na prisão do encarregado do inquérito policial-militar e do oficial de dia, que tentaram obstar a visita. Após a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República em março de 1974, Cordeiro, que apoiara sua candidatura, iniciou uma série de contatos com setores oposicionistas no sentido de viabilizar o programa de reformas políticas — na época denominado “distensão” — anunciado pelo novo governo, que incumbira o presidente do Senado, Petrônio Portela, de cumprir essa missão oficialmente.

A exoneração do ministro do Exército, Sílvio Frota, em outubro de 1977, por iniciativa de Geisel, ofereceu a Cordeiro de Farias a oportunidade de considerar, em entrevista ao *Jornal do Brasil* (21/10/1977), que o episódio favoreceu a “consolidação da autoridade do presidente da República e eliminou uma perigosa área de contestação, ampliando as possibilidades para o projeto do governo de institucionalização do país”. No seu entender, o fato serviu para dar à opinião pública nacional “uma clara consciência a respeito dos problemas políticos que o país enfrenta, assim como dos riscos que podem nos ameaçar”.

Após a posse do general João Batista Figueiredo como sucessor de Geisel em março de 1979, Cordeiro manteve seu apoio ao programa de “abertura” do regime. Suas últimas aparições públicas ocorreram em dezembro de 1980, quando prestou solidariedade e ajuda ao pintor Iberê Camargo, seu amigo, que matara a tiros um homem no bairro carioca de Botafogo. Na última entrevista que concedeu à imprensa, no aeroporto de Brasília, Cordeiro de Farias defendeu novamente a abertura política, reafirmando sua confiança na realização de eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Na ocasião, também defendeu o capitão Sérgio Miranda de Carvalho, do Pára-Sar (unidade de busca e salvamento da Aeronáutica), o qual procurara evitar, em 1968, que essa unidade servisse à prática de atos de terrorismo de grandes proporções no Rio de Janeiro, atos esses que seriam atribuídos aos comunistas, justificando assim uma onda repressiva contra a oposição. O capitão fora excluído da Aeronáutica, e Cordeiro alinhou-se com os que defendiam sua reintegração.

Cordeiro de Farias morreu no Rio de Janeiro em 17 de fevereiro de 1981.

Foi casado com Avani Cordeiro de Farias, com quem teve um filho.

O arquivo de Cordeiro de Farias encontra-se depositado no Cpdoc. Suas memórias, baseadas na longa entrevista que concedeu a este centro entre 1976 e 1980, foram organizadas e publicadas em 1981 por Aspásia Camargo e Válder de Góis com o título *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*.

Renato Lemos

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. MIN. EXÉRC.; BALEEIRO, A. *Supremo*; BANDEIRA, L. 24; BANDEIRA, L. *Governo*; BARROS, J. *Memórias*; BRAYNER, F. *Verdade*; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Estado*; CORRESP. ESC. SUP. GUERRA; CORRESP. ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS; CORRESP. GOV. EST. PE; CORRESP. GOV. EST. RS; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; COSTA, M. *Cronologia*; *Diário de Notícias*, P. Alegre; *Cronologia 1943*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ANDRADE, H.; ENTREV. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (18/2/81); FARIAS, O. *Meio*; *Federação* (4/1/1936); FERREIRA

FILHO, A. *História*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Globo* (18/2/1981); *Grande encic. Delta*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (18/2/1981); LANDUCCI, I. *Cenas*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, L. *Coluna*; LOPES, J. *III*; MORAIS, J. *FEB*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; PY, A. *5ª*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1942; SILVA, H. 1944; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1964; SILVA JÚNIOR, J. *Galeria* (1961-1); SODRÉ, N. *História militar*; TÁVORA, J. *Vida*; VIANA FILHO, L. *Governo*; VILAS BOAS, P. *Notas*; VÍTOR, M. *Cinco*; WANDERLEY, N. *História*.